1. PODER, VERDADE E NORMALIDADE: OS LIMITES ENTRE A LOUCURA E A RAZÃO

Renato Selayaram¹

Resumo: Tendo como parâmetro a obra de Machado de Assis *O Alienista*, faz-se no presente artigo um estudo entre o que é real e o que é falso, visto sob distintos pontos de vista, tratando-se dos limites entre loucura e prudência, uma questão em que o poder sempre é moldado conforme suas necessidades.

Palavras-chave: limites, loucura, prudência.

Abstract: Having as parameter the Machado de Assis *The Alienist*, the text presents a study that seeks the relationship between what is real and what is fake, seen from different points of view, especially considering the boundaries between madness and sanity, a matter in which power is always framed as your needs.

Keywords: limits, sadness, prudence

Resúmen: Teniendo como parámetro el cuento de Machado de Assis *El Alienista*, se hace en este artículo un estudio entre lo que es real y lo que es falso, visto desde distintos puntos de vista, en el caso de los límites entre la locura y la cordura, a la pregunta que el poder siempre se enmarca de acuerdo a sus necesidades.

Palabras-clave: límites, locura, prudencia.

1. A título de prólogo: o despotismo ilustrado

Na obra Machadiana especial destaque é conferido ao conto *O Alienista*², por alguns entendido como uma novela longa. Nela, como em toda a obra posterior, há uma constante preocupação com os limites conflitivos que podem ser estabelecidos pela vida humana. O tom cômico, grotesco, caricato, irônico, esconde o pano de fundo da

¹ Advogado, Professor universitário, Mestre em Direito.

² MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O alienista*. Porto Alegre: Editora Ática, 2011.

narrativa. Este aspecto é resultante do fato de o escritor ser, em verdade, atormentado, cheio de dúvidas, pessimista e angustiado por uma sociedade que não compreendia e com a qual preferia burlar inventando um mundo formal em que cada coisa está em seu lugar, em que não existe nada para escandalizar-se, e no qual as pequenas alterações costumam ser resolvidas antes de ganhar proporções irreparáveis³.

O Alienista mostra em suas páginas um resumo das preocupações de Machado de Assis, como a separação entre o normal e o anormal, o que não está visível aos olhos, as preocupações sociais. A história é simples, em que um médico graduado em Portugal recusa a oferta de clinicar neste país, optando por retornar à sua cidade natal e aí dedicar-se ao estudo da psiquiatria. Com tal finalidade constrói um manicômio, a Casa Verde, na mais bela Rua de Itaguaí. Com subvenção do poder público e pagamento dos internos abastados, é dado início ao programa de reabilitação com a internação de qualquer pessoa que exteriorizasse algum sinal de anormalidade. Tais limites vão sendo ampliados e chega o momento em que praticamente toda a população está internada.

Neste ponto da história, o protagonista Simão Bacamarte chega à conclusão de que a anormalidade configura a normalidade e libera os primeiros insanos para internar os supostamente normais. Ao final, é o próprio médico que se autoencerra no manicômio, convencido de que o único louco da cidade é ele mesmo. A história, em sua linha central, mostra-se graciosa, pois o autor vai criando uma série de situações que, como uma capa, cobrem a verdadeira realidade, originando um denso e subterrâneo mundo de conflitos humanos e sociais.

Com certeza, podemos afirmar que *O Alienista* vai além de um simples caso médico. A relação do psiquiatra com a esposa, com o farmacêutico, talvez o único amigo que possui na cidade; seu comportamento ante o “golpe de Estado”, provocado pela enormidade de cidadãos internados; sua relação com a autoridade religiosa, o Padre. Enfim, o que vai sendo construído na leitura é um microcosmo abalado em que se encontram todas as forças sociais das relações humanas.

O leitor sorri ante o que lhe vai sendo contado em um tom amável, elegante, suave, sem exclamações ou juízos morais, em função do fato de que tudo o que ocorre

³ GLEDSON, John. Machado de Assis: ficção e história. São Paulo: Paz e terra, 2003.

parece ser uma brincadeira. Ao final, resulta que o único louco era aquele a quem cabia analisar os casos de loucura e tratá-los.

O sarcasmo, o humor e a ironia são instrumentos utilizados pelo autor para ludibriar-se do Estado e dos paradigmas vigentes em sua época, a ciência, a política e a religião. Sua paródia é, sobretudo, uma crítica aos valores vigentes no período e a suposta legitimidade das instituições, pois mostra claramente os fins encobertos e as alianças de poder que estabelecem entre si seus representantes. Na obra, ciência, religião e Estado têm em comum o poder alienante e o afã de domínio absoluto. Os representantes municipais, o padre e o médico, disfarçam seus interesses pessoais e tentam manter a ordem e o *status quo* local protegendo-se sob a autoridade da ciência e do Estado, figuras a quem é devida obediência, respeito e fé cega.

O conto é um importante meio de reflexão, eis que não se trata tão somente de uma crítica ao cientificismo do século XIX, em que se esperava da medicina e das demais ciências uma solução para a loucura. À época, bem como posteriormente, a solução aplicada foi a exclusão, sendo necessário, para tanto, criar uma justificativa aceita para legitimar a ação. A partir do *discurso científico* foi possível criar um processo legitimatório para, por vezes, ocultar interesses particulares⁴.

A maneira original com que Machado de Assis aborda o despotismo n' *O Alienista* deixa claro o abuso de poder e a manipulação da verdade como um instrumento de controle social. A realidade que o autor ficcionaliza na história, encoberta com a metáfora do dominador absoluto e arbitrário intoxicado pela ciência, faz parte de um destino compartilhado por governos autoritários, liberais ou conservadores.

2. Os imprecisos limites entre a loucura e a razão

Loucos e cautelosos. A razão e o juízo. A bendita questão dos limites. Até onde chega o reino da prudência e até onde vão o delírio e a irracionalidade? Uma situação complexa acerca do que pode fazer o ser humano em situações limites, questões em que

⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

o poder sempre modela o comportamento conforme a necessidade⁵. A palavra louco, seguramente, deve ser uma das mais ouvidas no dia a dia. Empregada pelos jovens para chamarem uns aos outros, usada pelas pessoas para desqualificarem umas às outras, também a encontramos quando algo é descrito como criativo, fora do comum.

A sabedoria popular também utiliza o termo quando diz que *de bobos, sábios e loucos, todos temos um pouco*. Um dos maiores analistas da loucura na estrutura social foi Michel Foucault. Escreverá sobre o poder como um corolário da razão, não podendo ser imposto à maioria pela força, senão, que deve ser utilizado racionalmente para dominar a natureza e os homens. Diz-nos que não há nada que questione mais a loucura do que a razão, eis que é a sua antítese⁶. A razão oculta a loucura para validar-se a si mesma, já que não admite que parte do sistema que organizou é insano, isento de discernimento. Aplica-se a esta idéia o brocardo latino *Ordo ab Chao* ou *a ordem advém do caos*.

Na tragédia grega, para representar a ordem havia que recorrer à desordem. A loucura trágica era uma representação com um esquema dramático claramente ordenado. A loucura tem, na tragédia, causas e efeitos não humanos, quando os personagens enlouquecem, tornam-se animais. É destruído o aspecto humano, o rosto, o corpo, a mente. Nas representações gregas sobre a demência pode-se notar que os ajuizados percebem a diferença entre eles e os insanos, entre o humano e o não humano, entre a enfermidade e a saúde. Os são de um lado e os loucos de outro⁷.

Pergunta o autor citado, que lugar é reservado à loucura no futuro? Que rastros deixa? E esclarece que são muito fracos, sem dúvida, algumas manifestações que apenas inquietam e não alteram o rumo da história⁸.

Agora vejamos, existem alguns discursos que possuem o status e função de verdadeiros, operam e circulam como tais e, com frequência, ninguém questiona sua

⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁶ _____. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁷ LIVRAGA, Jorge Angel. *A tragédia grega*. Lisboa: Editora Nova Acrópole, 1998.

⁸ Op. cit. Prólogo da edição original, de 1961, não publicado nas edições seguintes.

veracidade. A leitura de seus textos nos sugere que conhecimento e verdade estão configurados pela relação tempo-espço, isto é, pelo lugar e época em que ocorrem⁹.

Assim, em cada lugar e época se dá um evento epistemológico, ou em outras palavras, um conjunto de relações que podem conectar as diversas práticas discursivas entre si. Deste modo, o que cabe analisar se se deseja encontrar o portal no qual começou a ser forjada nossa condição atual, são os discursos que acontecem em um determinado momento e região e que dão lugar a figuras epistemológicas particulares. Saber e verdade, em consequência, são produzidos, elaborados em relação a um contexto histórico e propagados pelo homem.

Ortega y Gasset, filósofo espanhol, com a frase *eu sou eu e minha circunstância e se não a salvo, não salvo a mim mesmo* indica que o homem modificando sua vida transforma a realidade em que vive¹⁰. Isto significa que o homem está condicionado por dois aspectos: pelo que pensa e pelo que vive.

No final do século XX e início do XXI, do mesmo modo ocorrido no final do século XIX, são curiosamente contraditórias as atitudes sobre o papel desempenhado pela razão face o avanço do conhecimento alcançado pelo homem. O ocidente torna a duvidar dos benefícios trazidos pela ciência, a sociedade evolutivamente resultante. Desmentindo as incertezas de Fukuyama¹¹, o triunfo da democracia liberal e a economia de mercado não são mais tão questionados quanto no momento da queda do muro de Berlim.

Em 1956 Karl Popper pronunciou conferência em Madri intitulada “A História do Nosso Tempo: uma Visão Otimista”, onde diz

“Assim eu não digo como Leibnitz, que nosso mundo é o melhor de todos os mundos possíveis. Tampouco digo que nosso mundo social é o melhor de todos os mundos sociais possíveis. Minha tese é meramente que nosso mundo social é o melhor que tenha existido - o melhor, ao menos daqueles dos quais temos algum conhecimento histórico”.

⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

¹⁰ ORTEGA Y GASSET, José. *Meditações do Quixote*. Trad. de Gilberto de Mello Kujawski. São Paulo: Editora Livro Ibero, 1967.

¹¹ FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Foucault, ao proferir a célebre aula inaugural no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, ocupando cátedra vacante, apresenta a hipótese de que em toda a sociedade a produção de discursos é controlada, com a finalidade de extrair-se do seu conteúdo os poderes e perigos que possam estar ali contidos¹². A contradição política indivíduo/sociedade é, antes de tudo, uma contradição antropológica entre a individualidade e a sociabilidade. Se o homem não fosse, por sua própria natureza, individual e social, não existiria esta oposição entre o homem e a sociedade.

No início de sua conferência assinala que a produção do discurso na sociedade está controlada por uma série de mecanismos destinados a excluir e limitar, de modo a evitar o surgimento de discursos aleatórios, que não obedeçam à ordem vigente. Segundo afirma, são as instituições que têm o controle do discurso, isto é, se um discurso tem algum poder isto ocorre porque o obteve do *establishment*.

Em seguida, inicia a análise dos procedimentos de exclusão dos discursos, os quais são exercidos desde o exterior e são destinados a limitar o seu poder de impacto. Foucault aponta três tipos de proibições que fazem com que os indivíduos não tenham direito a dizer o que querem sob nenhuma circunstância: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito exclusivo do sujeito que fala. Na época em que foi proferida a conferência, o primeiro interdito relacionava-se com a sexualidade e a política.

O segundo dos procedimentos de exclusão é a oposição estabelecida entre loucura e razão¹³. Durante séculos esta distinção fez com que se considerassem as palavras do alienado como carentes de valor, como se de nenhuma maneira pudessem aproximar-se da verdade que a razão revela.

O terceiro dos mecanismos de exclusão é a distinção entre verdadeiro e falso. Esta oposição está conectada com a determinação da verdade que marcou o conhecimento ao longo da história da humanidade, que fez com que certos discursos fossem tomados como verdades absolutas, de tal modo que aqueles que não se mostrassem adaptados ao meio ou situação ficavam excluídos e relegados ao âmbito do falso, do que não merece ser ouvido por quem se interessa em saber e conhecer. Foucault assinala que os dois primeiros sistemas de exclusão referidos, o proibido e o antagonismo entre loucura e

¹² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

¹³ Da oposição entre loucura e razão Foucault se ocupou em *História da loucura na idade clássica*.

razão, originaram o último, pois o estabelecimento de uma *verdade universal* conduz à justificativa de proibir e definir a loucura como aquilo que se distingue da razão, eis que esta é a detentora da *verdade absoluta*.

Deste conceito de verdade se valem o poder e as instituições dominantes para excluir os discursos que fujam das disposições subordinatórias, da ordem preestabelecida. Na verdade, o que existe é uma incitação apoiada em uma base e uma distribuição institucional que tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e coação¹⁴.

Para reforçar este conceito de verdade as instituições põem a seu serviço uma série de práticas pedagógicas, um sistema de distribuição do conhecimento em que aparece ante nossos olhos algo mais do que a verdade, mas uma riqueza fecunda, suave e insidiosamente universal, levando-nos a ignorar a realidade, resultado da prodigiosa máquina colocada a serviço da exclusão¹⁵.

No que diz respeito ao conceito de verdade, cabe assinalar o caráter relativista do pensamento de Foucault. No livro *As palavras e as coisas*¹⁶, adverte que existe um conjunto de suposições, prejuízos e mentalidades em cada época que estruturam e limitam o pensamento. A este conjunto Foucault denominou *episteme*, a qual demarca o âmbito do conhecimento, os limites da experiência e o conceito de verdade. Um *episteme* particular, específica, faz com que surja uma forma particular de conhecimento, que será o que vai ser denominado discurso, o qual estará sendo coordenado pelo poder dominante.

Assim, as instituições pretendem, mediante esta imposta verdade absoluta demonstrar que o discurso (im)posto corresponde à realidade, que não cabe discutir outra concretude além daquela demonstrada. Quando ligam seu o discurso à verdade, excluem o restante e evitam a aparição de discursos alternativos. Desta forma, o poder aparece ligado ao conhecimento e ao saber. Além disto, Foucault estabelece uma relação

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 22.

¹⁵ Idem, p. 24.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. de Salma Tannus Michail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

entre o discurso dominante e o poder com o desejo, já que aquele é a razão pela qual se luta, da qual o indivíduo quer apoderar-se¹⁷.

Em razão das considerações feitas anteriormente, podemos afirmar que os mecanismos de exclusão, limitação e controle exercidos pelos discursos não são imutáveis, mas adotaram diferentes formas ao longo da história da humanidade, estando sempre submetidos à mudanças. Trata-se de princípios móveis, que não se repetem, uma vez que seus conteúdos não são idênticos. Entretanto, o que se mantém é o modo de proceder e sua forte relação com as instituições e o poder dominante.

Chamo a atenção para o fato de que a oposição entre paixão e razão é um dos elementos constitutivos da natureza humana. Se assim não fosse, não existiria choque, debate, o conflito. Mas não se pode anular a paixão em desfavor da razão, ou o contrário, pois em ambas as situações o que acabaria sendo suprimido seria a natureza humana. Do mesmo modo, no âmbito jurídico, não cabe anular o direito para fazer prevalecer a lei e, tampouco, negar a lei para incrementar um direito absoluto.

3. A dialética saber/poder e o direito

Para Foucault, por trás de toda verdade se esconde uma vontade de poder, e esta verdade nada mais é do que uma justificativa para aplainar e dominar, para exigir conformidade e submissão. Isto ocorre porque o conhecimento, o saber, impõe uma dupla repressão: a que condena ao silêncio os discursos excluídos e a que determina e ordena os discursos aceitos, impostos¹⁸.

O poder estabelece, portanto, uma face oculta do saber e da verdade. A verdade não pode subsistir isolada dos sistemas de poder que a produzem e mantém. Desta forma o poder determina que discurso seja aceito como verdadeiro, bem como que critérios, procedimentos, instituições e pessoas podem diferenciar o discurso verdadeiro do falso.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 15.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Estratégia poder-saber: coleção ditos e escritos*, vol.4, 3ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

O saber e a verdade são árbitros de diferentes lutas políticas, mas o saber não é apenas objeto do poder, é também seu instrumento. Não se trata, tão somente, do fato de que o saber seja um invólucro retórico que oculta suspeitas motivações, mas o saber, deter o conhecimento significa dominar. Não é possível exercer o poder sem haver uma apropriação prévia do conhecimento. O poder e o saber representam as duas faces de uma mesma moeda: todo poder gera saber e todo saber provém de um poder.

Carl Schmitt, averso da democracia, consciente das poderosas armas que uma concepção teológico-política de soberania coloca a disposição do povo, a nega. Somente aceita e reconhece o poder constituinte do povo porque encontrou uma maneira de desarmá-lo, eis que

Em sua teoria da constituição Schmitt firma um pacto com o diabo, pelo qual aceita o povo, no lugar do monarca, como sujeito constituinte, em troca de uma importante concessão – reconhecer ao Presidente do Reich o privilégio de ser o principal canal de participação democrática. Isto é possível porque Schmitt tem uma visão de um povo essencialmente passivo, carente de iniciativa, não deliberante e incapaz de decidir¹⁹.

O poder controla o saber exercendo diferentes procedimentos de controle, como, por exemplo, silenciando aqueles discursos que não se encontram dentro dos padrões estabelecidos, assim como determinando o que pode ser visto, sobre o que é possível falar ou de que forma pensar. Por esta razão, o poder não está, nem se permite que esteja, ao alcance de todos, senão apenas de alguns poucos eleitos²⁰.

O discurso da verdade pertence àqueles que exercem o poder, que dominam o ensino, a publicação de livros ou a distribuição de recursos. Somente quem possui ou exerce o poder pode transformar um discurso em uma verdade. O saber não circula livremente e, por este motivo, para poder aceder à ele é necessário o atendimento de

¹⁹ CRISTI, Renato. La lección de Schmitt: poder contituyente, soberania y principio monárquico. In: Carl Schmitt y el concepto de democracia protegida en la constitución política de la república. SILVA ALLIENDE, Matías Blas. *Nuevas perspectivas em derecho público*. NÚÑEZ LEIVA, José Ignacio (Coord.). Santiago, Chile: Librotecnia, 2011.

²⁰ Maquiavel escreveu um breve tratado sobre a natureza da política, as formas de adquirir, manter e perder o poder. O Príncipe é uma das grandes obras da modernidade política, um livro prático que pretende dar normas de ação política, mas sem moralizar a ação do governo.

requisitos, passar por um filtro. O saber mantém o poder, fazendo-o inacessível aos profanos, potencialmente hereges, mediante diferentes malabarismos.

Este distanciamento entre as pessoas mais simples e as elites se converte em um salva vidas legitimador do saber, que se torna poderoso ao distanciar-se da realidade e da vida cotidiana. Uma vez que o poder é alcançado, também é obtida a garantia da supremacia no saber, pois quem detém o saber acaba impondo suas definições de realidade e de verdade.

Não podemos esquecer que todo projeto político, jurídico, social ou científico se encontra imerso em um contexto de espaço-tempo determinados, o qual sujeita todas as particularidades de tais projetos, isto é, as ideologias impregnam todas as práticas e exercícios de poder. Todo conhecimento supõe e é produzido por interesse²¹.

Neste sentido, o direito é produzido, modificado e transformado por interesses de determinados grupos, classe de pessoas ou sociedades inteiras. Tais pessoas se encontram situadas em um determinado contexto ou momento e podem produzir, por condições inerentes ao poder, certo tipo de saber. Isto significa que estas pessoas, ou grupo delas, em um determinado momento histórico, econômico, político, social, ou mesmo geográfico, detém um poder que é exercido sobre outras pessoas, poder que produz e reproduz saberes, ligados a tais práticas, que por sua vez geram, a níveis de discurso, verdade.

Um exemplo disto, e que Foucault expõe com grande lucidez, são os trabalhos sobre prisões, manicômios e os mecanismos judiciais e científicos que põem em prática os discursos de saber através de *dispositivos de poder*, disciplina, vigilância e controle entrecruzados com o *corpus* institucional, que por sua vez, justifica e reproduz tais práticas constantemente²².

Com esta finalidade, a prisão e o encarceramento como prática social de controle são condições para que surjam uma série de discursos epistêmicos. A prisão não nasceu justificada cientificamente, sua justificação se dá pelo poder. Apenas no século XIX o positivismo jurídico, como paradigma hegemônico e dominante, entrou em cena para

²¹ HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

²² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Ligia M. Condé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

justificar a existência das prisões. Os novos sujeitos, apenados, são convertidos em objeto, e desta forma minuciosamente estudados para que seja extraída a verdade que deles emana. Deste modo podemos ver que o exercício do poder não consiste tão somente em reprimir e castigar, mas é produtor de verdade.

O Direito é um fenômeno sócio-político, entrelaçado com as lutas, as guerras, as lides. Neste sentido, os Direitos Humanos não são mais do que uma reação ao monopólio do uso de instrumentos legais por parte do Estado, em benefício da sociedade civil. O fato de existir um poder que seja distinto daquele a disposição do soberano é uma representação simbólica das relações de poder. A criação destes direitos é a manifestação de uma vontade coletiva que através de lutas e resistências obteve liberdades antes desconhecidas. Os Direitos Humanos são a expressão política e social de sentimentos de injustiça, infâmias e ilegalidades²³.

Desta forma, podemos dar-nos conta do fenômeno do poder e sua estreita relação com a verdade e o Direito. Por trás de todo o saber ou conhecimento o que está em jogo é a luta pelo poder. O poder político não está ausente do saber, pelo contrário, está entremeado nele²⁴. O poder possui distintos modos de dar-se a conhecer, alguns mais explícitos que outros; suas manifestações são diversas e possuem diferentes significados, os quais vão da violência física à manipulação psicológica. Está sempre provido de uma força simbólica, mas seguramente é o Direito que o instrumentaliza, que o encobre o torna-o difuso, justifica-o e o converte em *ordem*. O Direito é sempre um uso instrumentalizado e racional do poder, o qual não se *dá*, não se reproduz *de per si*, senão, é exercido.

*O Direito é a máscara do poder*²⁵. Assim são definidos os mecanismos pelos quais o poder se manifesta já que é o mesmo Direito que delimita e enquadra de modo formal ao poder. Toda prática de poder produz verdade, e toda verdade produz poder. Vemos, portanto que poder, verdade e Direito são uma tricotomia inseparável.

²³ FOUCAULT, Michel. *É preciso defender a sociedade*. Belo Horizonte: Livros do Brasil, 2006.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

²⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Vemos como as normas de Direito permeiam, permitem e condicionam certas práticas e relações de poder, que por sua vez produzem discursos da verdade. O Direito, deste modo, tem um impacto direto sobre a população.

4. Considerações finais

Ao fazer uma análise foucaultiana sobre as relações entre poder, verdade, Direito e discurso, realizamos um exercício crítico e reflexivo sobre as relações de poder. As condições de possibilidade de exercício do poder, segundo Foucault, são a economia, a administração ou racionalização dos discursos sobre a verdade. Isto quer dizer que somente alguns devem exercer certos discursos, eis que se todos soubéssemos o que a lei, e mais profundamente, o Direito, querem dizer, as diferenças entre as estruturas sociais e as hegemonias políticas se veriam seriamente ameaçadas e por conseguinte o *status quo* e a qualidade de vida dos mais favorecidos.

Nem todos devem ter acesso aos discursos da verdade, eis que estes produzem invariavelmente um exercício de poder. O Direito é percebido como uma constante pesquisa sobre a verdade. Os juristas estão condicionados a produzir a verdade para que o poder, que passa através deles, seja passível de ser exercitado. Todos os mecanismos de poder são acompanhados de uma ideologia, seja de totalitarismo, república, monarquia ou democracia. As verdades mudam e transmutam conforme o regime de discursos no qual se encontram submersas. As leis e o Direito se reconfiguram conforme o sistema político de que fazem parte, criando dispositivos de poder particulares a cada ideologia.

O poder desde a época moderna, e mais acentuado ainda na pós modernidade, se encontra difuso e impreciso. Não é mais justificado pela presença do soberano, sendo explicado pela presença do Direito. Portanto, a ciência e todas as técnicas nascidas das disciplinas consagradas nas instituições de controle, majoritariamente, encontram-se agora sob o olhar do jurista, do estudioso do Direito e de todas as pessoas que estão imersas no discurso e o saber que o Direito engloba. A ciência, sob a pretensão de verdade, justifica o uso e exercício do poder.

Foucault procurou revelar o discurso do Direito desde a Idade Média e Modernidade, como instrumento de dominação. Para ele, *o sistema do Direito, o campo judicial, são os trâmites permanentes de relações de dominação, de técnicas de sujeição polimorfos. O Direito visto não pelo ângulo da legitimidade, senão pelos dos procedimentos de sujeição que propicia*²⁶.

Desta forma, o aparato de poder do Estado não se expressa somente através da lei, senão que por uma rede de instituições e mecanismos complexos. Até hoje o poder foi historicamente concebido como mecanismo essencialmente jurídico, o que diz a lei, o que proíbe, o que tipifica.

Por fim, será que poderíamos afirmar que a diferença existente entre as pessoas que se encontram internadas em manicômios e os que nos encontramos fora é que somos a maioria? Se eles fossem a maioria, nós, as pessoas normais, estaríamos internadas. Para Foucault isto não era uma piada, senão uma teoria sociológica.

É desta maneira que termina o conto *O Alienista*, eis que o médico Simão Bacamarte vendo-se em minoria, já havia liberado a todos os anteriormente internados, resolve internar-se a si próprio. Qualquer sociedade pode definir loucura de tal maneira que as pessoas que se enquadrem na categoria sejam isoladas. O poder, como vimos, não determina apenas a normalidade e a loucura, senão que, também, o conhecimento.

Foucault propõe uma *virada de mesa* ao afirmar não é apenas o conhecimento que produz o poder, mas também o contrário, de modo que são os detentores do poder que os que determinam o que é normal, o que é justo e o que é verdade.

Referências bibliográficas:

CRISTI, Renato. La lección de Schmitt: poder contituyente, soberania y principio monárquico. In: Carl Schmitt y el concepto de democracia protegida en la constitución política de la república. SILVA ALLIENDE, Matías Blas. *Nuevas perspectivas em derecho público*. NÚÑEZ LEIVA, José Ignacio (Coord.). Santiago, Chile: Librotecnia, 2011.

²⁶ FOUCAULT, Michel. Genealogía del racismo. La Plata, Argentina: Editorial Altamira, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *As palavras e as coisas*. Trad. de Salma Tannus Michail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Estratégia poder-saber: coleção ditos e escritos*, vol.4, 3ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Ligia M. Condé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *É preciso defender a sociedade*. Belo Horizonte: Livros do Brasil, 2006.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e terra, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

LIVRAGA, Jorge Angel. *A tragédia grega*. Lisboa: Editora Nova Acrópole, 1998.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O alienista*. Porto Alegre: Editora Ática, 2011.

ORTEGA Y GASSET, José. *Meditações do Quixote*. Trad. de Gilberto de Mello Kujawski. São Paulo: Editora Livro Ibero, 1967.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.